

Reforma agrária: acordo em 90%.

E esse não é o único tema que o grupo de consenso do senador José Richa está conseguindo contornar

Júlio Fernandes



Alves e Cavalcanti: hora de união?

GOVERNO

Quem tem um bom nome para a Sudene?

Os governadores do Nordeste apontam amanhã um nome de consenso para ocupar o cargo de superintendente da Sudene, quando estiverem reunidos em Xingó, em Alagoas, onde acompanham o presidente Sarney na inauguração das obras da nova hidrelétrica. A escolha deve recair em um nome indicado pelo governador Miguel Arraes que seria homenageado por seus colegas, segundo Tasso Jereissati, do Ceará. Até a noite, o nome mais cotado era o de Carlos Wilson, vice de Arraes, que vinha resistindo à indicação. Desde ontem, porém — quando foi realizada a transmissão de cargo do deputado Joaquim Francisco para o novo ministro do Interior, João Alves —, Wilson passou a considerar a possibilidade de representar um nome de consenso.

Segundo o governador Tasso Jereissati, que esteve ontem com o presidente Sarney, existe uma predisposição dos governadores do Nordeste em atender o pedido do presidente para que fosse indicado o mais rápido possível um nome para a Sudene. Em princípio, de acordo com Jereissati, os outros governadores só apresentarão um candidato de outro Estado se Arraes negar-se a aceitar a homenagem. Disse, porém, que não existe consenso para manutenção de Antônio Carlos Frota, que está ocupando a superintendência.

Já o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, disse que não existe prazo para os governadores indicarem o nome do sucessor de Dorany Sampaio (indicado por Miguel Arraes e exonerado na última quinta-feira), mas que o cargo deverá ser preenchido "com a brevidade possível".

O senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), por sua vez, informou ter recebido de Ulysses a incumbência de telefonar para o governador da Bahia, Waldir Pires, sugerindo que ele seja o coordenador das articulações que estão sendo feitas pelos governadores do Nordeste para a indicação do superintendente.

Divergindo dos peemedebistas, o líder do PFL, deputado José Lourenço, não acredita na indicação de um político do PMDB de Pernambuco para a Sudene. Na sua opinião, o mais conveniente seria a escolha de um superintendente que, independente do Estado de origem, tivesse condições de diálogo com o novo ministro do Interior, João Alves.

Ausências

Aliás, os principais líderes do PMDB no Congresso não compareceram ontem à transmissão de cargo para o novo ministro do Interior, realizada no auditório do Ministério, completamente lotado por sergipanos, prefeitos, governadores do Norte e Nordeste e ministros do PFL. A ausência dos senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, bem como dos deputados Luiz Henrique e Ulysses Guimarães, foi compensada com a presença de peemedebistas mais moderados como os deputados Carlos Sant'Anna (líder do governo), Prisco Viana e os ministros Paulo Brossard e Roberto Santos.

Depois de dizer que se orgulhava de pertencer ao PFL e à Aliança Democrática, João Alves afirmou que a hora é de união. Para ele, é preciso superar os pontos

de colisão, "reprimir impulsos individuais, em benefício do coletivo, enfim, um trabalho que não é apenas do PMDB e do PFL, mas de todos os homens públicos e políticos do País".

O novo ministro pediu um tratamento igual para os brasileiros de todas as regiões e que os 40 milhões de nordestinos sejam incorporados ao mercado de consumo nacional.

Já o ministro que saía, deputado Joaquim Francisco (que reassume hoje seu mandato constituinte para integrar a Comissão de Fiscalização e Controle) teve o cuidado de não falar em política. Disse apenas que no Ministério pôde ver "quantos equívocos têm sido cometidos em nome de uma política de desenvolvimento regional marginal e que sequer alcança os limites do compensatório".

Presente à cerimônia, Tasso Jereissati comentou que a escolha de João Alves foi bem vista na região e falaria muito o trabalho, considerando seu bom relacionamento com todos os governadores.

Com isso, de acordo com assessores presidenciais, e mais as conversas mantidas no sábado entre o presidente Sarney e Ulysses Guimarães, foram encerradas as dúvidas sobre a sobrevivência da Aliança Democrática depois do episódio da demissão do ex-ministro do Interior, Joaquim Francisco. Agora, de acordo com o porta-voz presidencial, Frota Neto, o presidente Sarney só quer olhar para a frente, na busca do entendimento.

Um milhão de assinaturas. Pelo Sesi e pelo Senai.

Hoje, em Brasília, o presidente da Fiesp — Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Mário Amato, tem um encontro com Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte. Leva consigo nada menos que um milhão de assinaturas, que reforçam uma emenda constitucional popular: para evitar a estatização do Sesi e do Senai, dois órgãos de formação profissional especializada ligados diretamente à iniciativa privada.

As assinaturas foram colhidas entre conhecedores e beneficiários do Sesi e do Senai, que discordam do anteprojeto. Esse anteprojeto, atualmente na Comissão de Sistematização da Constituinte, proíbe a contribuição das indústrias aos dois órgãos com base na folha de salários e incorpora os recursos ao Fundo Nacional de Seguridade Social.

NA HOMENAGEM que receberá nesta sexta-feira, em São Paulo, da congregação das Faculdades Metropolitanas Unidas, o relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, deverá fazer um pronunciamento vigoroso em defesa das teses liberais e de uma Constituição voltada para a justiça social com liberdade.

Podem participar da solenidade de oito a dez ministros e quatro governadores, entre outras autoridades.

DIRETAS

Em Campinas, um comício decepcionante.

A manifestação pelas diretas ontem à noite, em Campinas, frustrou os organizadores (PT, PDT, PCB e PC do B), que esperavam seis mil pessoas. No Largo do Rosário, contudo, não se chegou a registrar três mil participantes irritados com a demora das estrelas anunciadas pelo PT. Adhemar de Barros Filho, do PDT, foi um dos primeiros a subir ao palanque para tentar justificar a ausência de Leonel Brizola: "Ele mandou um abraço a todos vocês". Adhemar não demorou a ser vaiado: "O povo não esquece, Adhemar é PDS". Luís Inácio Lula da Silva defendeu

a necessidade de "um presidente que saiba enfrentar os credores externos". E lamentou que o movimento, agora, não tenha o respaldo dos governos estaduais. Em Brasília, mesmo sem a presença do relator Bernardo Cabral, a Comissão de Sistematização se reunirá hoje para examinar e votar o projeto de decisão do deputado Faria de Sá, que prevê diretas para presidente em 88. O parecer de Cabral será favorável à preliminar de que o projeto preenche os requisitos regimentais, já que tal polêmica está inflando muito nos trabalhos da Constituinte.

A reforma agrária deixou de ser tema polêmico depois da primeira reunião dos grupos de constituintes liderados pelo senador José Richa e o deputado Euclides Scalo, pois houve acordo sobre praticamente 90% das teses defendidas por ambos, sobre a questão. O tema mais controverso — a imissão de posse após a desapropriação — foi aceito quase por unanimidade, e, segundo o senador Virgílio Távora, o "resto é cuidar do texto, para assegurar a reforma agrária preservando o direito de propriedade".

A reforma agrária foi uma surpresa agradável, segundo o senador Virgílio Távora, concordaram os dois grupos que as desapropriações serão pagas com títulos da dívida pública e as benfeitorias em dinheiro; constará do orçamento a quantidade de títulos que a União pode empregar nas desapropriações, calculado até 50% do Imposto Territorial Rural; o ITR poderá servir como financiamento e caução geral ou depósito para assegurar execução judicial e administrativa, pequenas e médias propriedades não suscetíveis de desapropriação, não foi definido o tamanho dos módulos, e manteve-se a função social da terra, a ser definida em lei ordinária.

Mais de 40 constituintes dos dois grupos, com a presença do líder Fernando Henrique Cardoso, reuniram-se durante todo o dia no Instituto Israel Pinheiro. E além da reforma agrária debateram os itens referentes a comunicações, reforma urbana, saúde e participação do Estado na economia. Houve consenso sobre a criação do Conselho Nacional de Comunicações, a ser integrado por representantes da comunidade, do Executivo e do Legislativo. O Congresso poderá interferir eventualmente para alterar concessões do Executivo, se constatadas irregularidades ou favorecimentos. No capítulo da saúde também houve consenso, prevalecendo o sistema integrado de prestação de serviço públicos e privados, com utilização de recursos públicos pelo setor privado apenas para custeio.

Com relação à reforma urbana será proposta a desapropriação paga com títulos do Tesouro — uma inovação em relação ao anteprojeto do relator Bernardo Cabral —, ou em dinheiro, em se tratando de imóveis residenciais. A participação do Estado na economia foi debatida preliminarmente, a discussão será concluída hoje mas será

mantida, por consenso, a proposta da comissão temática que substitui a expressão "reserva de mercado" por "proteção temporária" para setores estratégicos, a fim de proteger a tecnologia nacional, nascente ou não "é para enganar o GATT", comentou um constituinte.

Os dois grupos estavam-se reunindo sigilosamente no local há cerca de 20 dias, e o trabalho à beira do lago foi considerado mais produtivo. "Não pretendemos substituir nossos companheiros, mas o avanço que tivemos aqui foi colossal", começou Virgílio Távora.

O senador José Richa informou que as idéias aprovadas serão apresentadas como emendas ao relator Bernardo Cabral. O grupo do deputado Euclides Scalo concluiu apenas sete dos 19 relatórios sobre temas polêmicos, mas hoje promete concluir os demais.

Com o PFL

Ainda ontem, o presidente do PFL, senador Marco Maciel, e o líder do governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna (os dois na foto), concordaram em atuar conjuntamente para dotar o País de uma Constituição que corresponda aos anseios da sociedade e esteja voltada para o futuro e não para o circunstancial.

Essa declaração de intenções, que não exclui o reconhecimento de que temas polêmicos subsistirão, foi feita pelos dois após reunião de 40 minutos, seguida de declarações formais e cautelosas. Maciel, no entanto, admitiu que possa haver acordo até sobre temas polêmicos, mediante entendimentos interpartidários, como o tratamento do capital estrangeiro, reforma agrária, organização sindical e anistia.

Já os líderes do PMDB na Assembleia Nacional Constituinte, Mário Covas, e no Senado, Fernando Henrique Cardoso, manifestaram-se contrários à entrega, em primeira mão, do parecer do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, aos presidentes do seu partido, Ulysses Guimarães, e do PFL, Marco Maciel. Ambos defendem a distribuição simultânea do documento a todos os partidos.

